



Fecomércio - 28/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Na próxima semana, audiências públicas na Assembleia vão debater Lei Geral

Notícias - 28/08/2020

6

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Fecomércio: Câmara aprova proposta que reformula a Lei de Falências

Notícias - 27/08/2020

7

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA /

Seminário sobre Desenvolvimento no Turismo em Tibau do Sul reúne parceiros internacionais

Notícias - 27/08/2020

10

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo quer 'projeto clone' de privatização da Eletrobrás para fugir de resistência da Câmara

Notícias - 27/08/2020

12

Tribuna do Norte - Blogs | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Venda de carros com desconto para pessoas com deficiência cresce 247% em 3 anos em São Paulo

Notícias - 27/08/2020

15

Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Quais setores do e-commerce mais cresceram na pandemia?

Notícias - 27/08/2020

17

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Quais setores do e-commerce mais cresceram na pandemia?

Notícias - 27/08/2020

21

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

CPMF de Guedes não será apenas digital e atingirá todas as transações financeiras

Notícias - 27/08/2020

26

Tribuna do Norte - Blogs | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Mau momento: preço de banana e outros argumentos contra saída da Petrobras

Notícias - 27/08/2020

28

Blog da Juliska | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Startups oferecem mais de 250 oportunidades de emprego em várias capitais

30

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

SET e Receita Federal apreendem R\$ 106 mil em mercadorias no aeroporto 33

Noticias - 27/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Senado aprova MP que prorroga suspensão de pagamentos de tributos a exportadoras 34

Noticias - 27/08/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Paulo Guedes revê Renda Brasil e quer anunciar junto com novo auxílio emergencial 35

Noticias - 27/08/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar cai e fecha em R\$ 5,58 em dia de correção 36

Noticias - 27/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Programa do Leite: valor do litro é reajustado em 11,1% 37

Noticias - 28/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

CMN aprova transferência de R\$ 325 bilhões do BC ao Tesouro 39

Noticias - 28/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Somos 211 milhões 40

Noticias - 28/08/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Lei Geral das micro e pequenas empresas simplificará acesso ao crédito 42

Noticias - 28/08/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo autoriza repasse de R\$ 325 bilhões do BC para o Tesouro Nacional 44

Noticias - 27/08/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Mourão cobra 'turma que fala muito de Amazônia' a investir na região 46

Noticias - 27/08/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA /

HOTEL-ESCOLA SENAC BARREIRA ROXA ADERE AO CÓDIGO DE CONDUTA DO BRASIL CONTRA O ABUSO INFANTIL

Noticias - 27/08/2020

Na próxima semana, audiências públicas na Assembleia vão debater Lei Geral

Geral



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O projeto que cria a versão estadual da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa deverá ser posto para discussão em audiências públicas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, com a primeira programada já para a próxima semana.

De acordo com o deputado Kleber Rodrigues, que preside a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a proposta é ouvir o setor produtivo antes de o projeto de lei ser avaliado nas comissões internas da assembléia.

'Essas audiências públicas servirão para aperfeiçoar a redação do projeto de lei antes das reuniões das comissões. Teremos a oportunidade de ouvir o setor produtivo e fazer os ajustes necessários', destaca o parlamentar, que estima a primeira dessas audiências, que serão virtuais, já para a próxima semana.

A agilidade na aprovação é um anseio do setor produtivo, que vê na legislação importantes instrumentos para o desenvolvimento dos negócios já existentes no estado e fomento à criação de outros

novos, principalmente no momento de retração gerada pela pandemia, para abertura de novos postos de trabalho.

'Ao dar a celeridade necessária à aprovação da Lei Geral do RN, a Assembleia Legislativa se alinha ao compromisso que a governadora Fátima Bezerra já tinha demonstrado ao encaminhá-la àquela Casa Legislativa. O apoio dos parlamentares ao tema - ratificado nesta celeridade e na iminência da aprovação final - é o reconhecimento da assertividade e da relevância econômica do projeto, que irá impactar positivamente no dia a dia de dezenas de milhares de negócios e de centenas de milhares de postos de trabalho gerados pelas MPEs no Rio Grande do Norte', defende o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, Marcelo Fernandes de Queiroz, que também é presidente da Fecomércio-RN.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Fecomércio: Câmara aprova proposta que reformula a Lei de Falências



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (26) o Projeto de Lei 6229/05, que reformula a Lei de Falências com a possibilidade de financiamento na fase de recuperação judicial, o parcelamento de dívidas tributárias federais e a apresentação de plano de recuperação por credores. O texto segue para análise do Senado.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo do relator, deputado Hugo Leal (PSD-RJ). De acordo com o texto, se autorizado pelo juiz, o devedor em recuperação judicial poderá fazer contratos de financiamento, inclusive com seus bens pessoais em garantia, para tentar salvar a empresa da falência.

Segundo Hugo Leal, o texto aprovado resulta de um trabalho coletivo. 'Tive a oportunidade de discutir a proposta em várias reuniões com os partidos representados na Casa e reuniões importantes contribuições de juristas e especialistas no direito falimentar', disse.

Se a falência for decretada antes da liberação de todo o dinheiro do financiamento, o contrato será rescindido sem multas ou encargos. Esse financiamento poderá ser garantido com bens da empresa, como maquinários e prédios, por meio de alienação fiduciária ou mesmo na forma de garantia secundária. Se houver sobra de dinheiro na venda do bem, ela será usada para pagar o financiador.

Ainda que credores recorram da autorização de financiamento e ganhem o recurso, os valores adiantados pelo financiador e as garantias ficam de fora do rateio da massa falida entre os demais credores, sendo pagos por fora (extraconcursal).

Créditos trabalhistas

Ao contrário da proibição atual de incluir créditos trabalhistas ou por acidente de trabalho na recuperação extrajudicial, o substitutivo de Leal permite sua inclusão se houver negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional.

Parcelamento

O projeto amplia a possibilidade de parcelamento de dívidas com a União para a empresa que tiver pedido ou aprovada a recuperação judicial. O texto aumenta o número de prestações (de 84 para 120 parcelas) e diminui o valor de cada uma.

É criada ainda outra opção, com a quitação de até 30% da dívida consolidada e o parcelamento do restante em até 84 parcelas.

Para pagar essa entrada, a empresa poderá usar 25% do prejuízo fiscal e 9%, 17% ou 25%, conforme o tipo de empresa, da base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O devedor poderá optar também por outro parcelamento criado por lei federal em vigor no momento.

Condições

Como condições para aderir ao parcelamento, o devedor assinará termo de compromisso pelo qual fornecerá ao Fisco informações bancárias e de comprometimento de valores a receber, além de direcionar ao pagamento da dívida até 30% do produto da venda de bens realizada durante o período de vigência da recuperação judicial.

Caso a empresa deixe de pagar parcelas, se for constatado esvaziamento patrimonial para fraudar o parcelamento ou as condições sejam descumpridas, o parcelamento será cancelado e o débito total exigido.

Transação tributária

Uma segunda modalidade de parcelamento é em até 24 meses e inclui débitos atualmente proibidos de parcelar, como aqueles de tributos com retenção na fonte ou de terceiros (imposto de renda do empregado, por exemplo) e o IOF. As microempresas e as pequenas empresas contarão com prazos 20% maiores (cerca de 29 meses).

O relator incluiu ainda a previsão de uso da chamada transação tributária, prevista na Lei 13.988/20. Nessa modalidade, o governo ou o devedor propõe descontos para quitar a dívida. No texto do projeto, o prazo máximo de quitação será de 120 meses.

Para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, o prazo pode chegar a 145 meses e o desconto máximo a 70% do devido. Se a empresa desenvolve projetos sociais, o prazo pode ser aumentado em 12 meses, nos termos do regulamento da lei.

Nessa transação, o devedor também terá de fornecer à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informações bancárias e empresariais e manter regularidade fiscal.

O texto permite aos devedores em recuperação judicial pedir a repactuação de acordo desse tipo já firmado. O prazo para o pedido será de 60 dias da publicação da

futura lei.

Plano de credores

Na hipótese de o plano de recuperação judicial do devedor ser rejeitado, a assembleia poderá aprovar prazo de 30 dias para a apresentação de um plano de recuperação da empresa pelos credores.

Esse plano deverá cumprir algumas condições, como apoio de credores que representem mais de 25% dos débitos ou de credores presentes na assembleia que representem mais de 35% dos créditos. Não poderá ainda haver imposição, aos sócios do devedor, de sacrifício de seu capital maior do que viria da falência.

O texto também condiciona a decretação da falência à rejeição do plano de recuperação dos credores ou à sua não apresentação.

A falência será decretada ainda se o devedor descumprir o parcelamento de dívidas tributárias prevista no projeto ou se for identificado esvaziamento patrimonial da empresa que implique em prejuízo dos credores.

Negociações anteriores

Outra novidade do projeto é a permissão de negociações anteriores ao processo de recuperação judicial, inclusive com suspensão, por 60 dias, das execuções de títulos de crédito contra o devedor.

Essas negociações poderão ser entre sócios da empresa em dificuldades, nos conflitos envolvendo concessionárias ou permissionárias de serviços públicos em recuperação judicial e os órgãos reguladores.

Em períodos de calamidade pública, como no caso da Covid-19, o texto permite essa negociação antecipada para garantir a prestação de serviços essenciais se relativa a créditos que não entrarão na disputa com os demais credores, os créditos extraconcursais.

A maior parte das mudanças feitas pelo projeto poderá

ser aplicada aos processos em andamento.

Situação dos trabalhadores

O líder do PT, deputado Enio Verri (PT-PR), lamentou a rejeição de destaques que visavam manter direitos dos trabalhadores em caso de recuperação judicial. 'O texto faz uma boa análise, monta uma boa proposta de recuperação judicial, mas ignora a importância da sucessão nos direitos dos trabalhadores', afirmou.

O relator da proposta, Hugo Leal, respondeu às críticas. 'O crédito trabalhista será pago após a convalidação da falência, no caso, ou após a aprovação do plano de recuperação', explicou. 'Será pago no momento adequado, por isso existe este projeto, existe o conceito da recuperação judicial.'

Já a deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) criticou a falta de contrapartidas dos empresários, como a manutenção de empregos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN

Seminário sobre Desenvolvimento no Turismo em Tibau do Sul reúne parceiros internacionais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os impactos positivos do Programa Rede de Desenvolvimento Econômico Local - DEL Turismo no município de Tibau do Sul foram tema de Seminário Online realizado na manhã de hoje (27). O evento contou com a participação de mais de 60 pessoas entre autoridades do trade turístico do estado e do município, parceiros da Alemanha, empresários locais e de estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

O presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**, reforçou que o objetivo do DEL é a promoção da excelência em organização turística, harmonizando a sustentabilidade e o turismo responsável. 'Para alcançar essa meta, especificamente em Tibau do Sul, foram implementadas uma série de medidas transversais. O município, inclusive, foi um dos primeiros do RN a apostar nesta novidade que trouxemos da Alemanha, e já colhe frutos deste pioneirismo. Quando a pandemia passar definitivamente, certamente a cidade estará muito bem preparada para seguir crescendo, na esteira da imagem que sempre teve junto aos visitantes de todo

o mundo', afirmou.

O prefeito da cidade, Modesto Macedo, agradeceu o desenvolvimento das ações, bem como a parceria com o Sistema Fecomércio e com a Alemanha. 'A implementação do DEL tem trazido uma grande trilha de aprendizagem ao município, fortalecendo a atividade turística que é tão importante para a nossa economia', disse.

Representando os parceiros internacionais, o coordenador de projetos da Câmara do Comércio e Indústria da cidade alemã de Trier, Mathias Fuchs, lembrou que a implementação do DEL Turismo é resultado do trabalho desenvolvido no **Projeto Verena**, parceria exitosa que tem sido desenvolvida desde 2009 e que foi premiada nacionalmente em 2018, pelo Ministério do Turismo.

A programação do evento contou ainda com a participação da vice-presidente da Câmara do Comércio e da Indústria de Trier, Andrea Weber. Ela falou sobre protocolos sanitários implementados na Alemanha, bem como iniciativas dos empresários para a retomada do turismo, com foco na troca de experiências que podem ser aplicadas no contexto potiguar.

A secretária municipal de turismo de Tibau do Sul, Beth Bauchwitz, apresentou, juntamente com membros das câmaras técnicas as principais ações implementadas e os resultados obtidos nas áreas do turismo, saúde, educação, cultura, segurança e sustentabilidade.

Para a Secretária Estadual de Turismo, Ana Maria Costa, que também prestigiou o evento, a parceria com a Alemanha tem trazido impactos positivos para o turismo potiguar. Ela reforçou o alinhamento das ações do DEL com as políticas públicas estaduais, com foco na promoção do turismo responsável e sustentável.

O Programa DEL Turismo é um produto do **SENAC/RN**

que implementa uma Política de Desenvolvimento Local do turismo com um modelo de gestão focado no crescimento sustentável. O sucesso e desenvolvimento desse programa conta com diversas parcerias, a começar pelo **Projeto Verena** que primeiramente aproximou esse programa com a FACISC - Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina, hoje um dos parceiros na transferência de conhecimentos para o Rio Grande do Norte. Outra parceria de destaque com entidades Alemãs que também contribui para impulsionar o programa no RN é o 'Rede DEL Turismo' em parceria com a BBW.

Todas essas parcerias firmadas pela Federação do Comércio do RN, os bons resultados do programa DEL Turismo no estado e eventos como esse que abrem o debate entre empresários, gestores públicos e sociedade civil organizada.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN, FECOMÉRCIO-RN - PROJETO VERENA

Governo quer 'projeto clone' de privatização da Eletrobrás para fugir de resistência da Câmara



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em nova tentativa de agilizar a privatização da Eletrobrás (estatal com foco em geração e transmissão de energia), o governo quer que um senador apresente um "projeto clone" da proposta enviada pelo Executivo ao Congresso no ano passado. A estratégia busca inverter a ordem de tramitação do texto, começando pelo Senado para depois seguir para a Câmara, porque o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já disse que prefere deixar as discussões sobre o tema para 2021.

Técnicos, no entanto, argumentam que um senador apresentar o PL enviado pelo Executivo é inconstitucional, algo que pode até mesmo parar na Justiça, atrasando ainda mais o cronograma.

A apresentação do "projeto clone" caberia a um senador que ainda seria escolhido, mas a relatoria seria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), que participou de reuniões com os ministérios da **Economia** e de Minas e Energia.

Para ele, antes de qualquer coisa, é preciso que a equipe econômica chegue a um acordo com a Câmara em relação à privatização da Eletrobrás, maior elétrica da América Latina. "Se o governo quiser avançar, tem que ser para ontem. Mas não dá para avançar de maneira atabalhoada", afirmou. "Não sou contra privatizar, sou contra dar de barato e jogar fora a estratégia que isso representa para o País."

Pela Constituição Federal, um projeto de lei de autoria do Executivo precisa, necessariamente, iniciar sua tramitação pela Câmara dos Deputados. Como o PL enviado pelo Executivo está parado na Câmara, surgiu a ideia de clonar o projeto para que um senador o apresente. Contudo, essa estratégia pode enfrentar polêmicas jurídicas.

A Constituição reserva ao Executivo a iniciativa de propor projetos de lei de algumas matérias. Por isso, a rigor, elas não poderiam ser objeto de um projeto de lei de iniciativa de um senador, pois daria origem ao chamado vício de iniciativa. Para fugir desse problema, uma saída, que já foi usada em outras oportunidades, é a apresentação de um projeto de lei autorizativo, em que o Poder Legislativo autorizaria o Poder Executivo a privatizar a Eletrobrás.

O Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, já se manifestou pela inconstitucionalidade das chamadas "leis autorizativas" por diversas vezes. A Corte entende que essas propostas violam o princípio de independência e harmonia entre os Poderes. Estudo da Consultoria Legislativa no Senado segue o mesmo entendimento.

Além disso, o plenário do Senado vedou, em 2015, a apresentação de projetos de lei de iniciativa parlamentar que autorizem o Executivo ou o Judiciário a adotar ato em matéria que seja de competência reservada do próprio poder em questão.

Ainda que essa regra seja ignorada em alguns momentos pelo Congresso, sempre é lembrada na tramitação de projetos polêmicos. Insistir nessa estratégia pode gerar uma fragilidade jurídica que pode ser explorada por partidos de oposição e sindicatos de trabalhadores.

Se Braga aceitar relatar um projeto de lei dessa natureza, para fugir das fragilidades jurídicas da clonagem, o texto não poderia conter todos os itens da proposta enviada pelo governo. Por exemplo, o projeto não poderia tratar da criação de uma nova estatal para abrigar Itaipu e a Eletronuclear, que não podem ser privatizadas - a primeira devido ao tratado da usina binacional, a outra em razão do monopólio da União na exploração de atividades nucleares. Essa parte, necessariamente, teria de constar de uma proposta legislativa apresentada pelo Executivo.

O governo pretender criar uma nova estatal como parte de seus planos para privatizar a Eletrobrás. O Ministério de Minas e Energia solicitou a inclusão de R\$ 4 bilhões no Orçamento de 2021 para prever recursos "caso se faça necessária" a nova empresa pública, que ficará com ativos como a usina binacional de Itaipu e o complexo nuclear de Angra dos Reis, além de programas de governo no setor elétrico.

O projeto

A privatização da Eletrobrás ocorrerá por emissões de ações. Segundo o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, nenhum acionista terá mais de 10% de poder de voto, inclusive a União. Com os recursos dessa emissão, a Eletrobrás terá de pagar R\$ 16,2 bilhões para a União pela retirada de hidrelétricas do chamado regime de cotas.

Criado em 2013, o regime de cotas estabeleceu que a energia produzida por uma parte das usinas da estatal seria vendida aos consumidores a valores mais baixos que o de **mercado**. Com a retirada dessas usinas do regime, a Eletrobrás poderá voltar a vender a energia a preço de **mercado** (mais alto).

Nesse caso, dividindo a privatização da Eletrobrás em duas partes, o governo corre até mesmo o risco de aprovar uma parte da proposta - a descotização, que, por meio do pagamento de um bônus de outorga, substituirá os contratos de energia em cota, por custo, pelo de produtores independentes, com preços livres e, portanto, mais altos - sem concluir a privatização, que é o principal objetivo. Ou pode criar uma lei inócua, se ela depender de outra lei para ter eficácia.

Além dos R\$ 16,2 bilhões para a União, a Eletrobrás terá de destinar cerca de R\$ 8 bilhões para reduzir subsídios da conta de luz. Esse dinheiro deve ser aplicado na Conta de Desenvolvimento Energética (CDE). Outros R\$ 3,5 bilhões vão para a revitalização do Rio São Francisco ao longo de 10 anos.

Qualquer recurso além dos R\$ 16,2 bilhões que a Eletrobrás arrecadar com a emissão de ações poderá ficar com a empresa para fazer investimentos.

Tentativas

Polêmica, a privatização da Eletrobrás é um desejo do governo federal desde 2016. A proposta foi enviada pelo governo Michel Temer em 2018 para a Câmara, mas não avançou. No ano passado, o governo Jair Bolsonaro encaminhou uma proposta muito semelhante ao Congresso, com poucas alterações.

Maia, no entanto, disse que somente criaria a comissão especial para análise do projeto depois que o governo aparasse arestas com o Senado - já que as bancadas do Norte e Nordeste eram contra a privatização. Para o presidente da Câmara, começar as discussões sem consenso com o Senado levaria os deputados a uma exposição desnecessária às vésperas das eleições, já que haveria críticas da oposição e de sindicatos, sabendo que o Senado não deixaria a proposta andar.

Nas últimas semanas, o governo investiu em articulações para convencer o Senado a votar a privatização da Eletrobrás, em um acordo condicionado a mudanças no projeto, entre as quais uma maior destinação do bônus de outorga para abater tarifas no

Norte e Nordeste. É por isso que a aposta, agora, é inverter a tramitação e começar a discutir a proposta no Senado. Resta saber as fragilidades jurídicas que essa estratégia criará e como a Câmara a receberá.

Com esse caminho, o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, segue estratégia diametralmente oposta de seu antecessor, Henrique Meirelles, cuja máxima era "vou devagar porque tenho pressa".

Não será fácil, no entanto - nem mesmo no Senado. Líder da segunda maior bancada da Casa, com 12 integrantes, Otto Alencar (PSD-BA) expressou resistência em discutir o tema remotamente. Em razão da pandemia de covid-19, o Senado ainda não tem data para retomar o trabalho presencial. "Em ano eleitoral e com crise sanitária, é impossível avançar", disse.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Venda de carros com desconto para pessoas com deficiência cresce 247% em 3 anos em São Paulo



Venda de carros com desconto para pessoas com deficiência cresce 247% em 3 anos em São Paulo

27/08/2020 às 14:00h - Última atualização: 27/08/2020 às 14:00h

Segundo Mauro Ricardo, Secretário Estadual de Projetos, Orçamento e Gestão, crescimento expressivo dessas vendas decorre de "fraudes". Pacote de ajuste fiscal do Governo do Estado de São Paulo enviado à Assembleia Legislativa quer alterar regra para concessão do benefício



Deficientes têm preços diferenciados na compra de um carro novo. FOTO: divulgação

O número de vendas de automóveis conhecidos como PCD (para pessoas com deficiência) no Estado de São Paulo com isenções fiscais, aumentou 247% entre os anos 2016 e 2019, segundo a Secretaria Estadual de Projetos, Orçamento e Gestão.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

27 27Etc/GMT+3 agosto 27Etc/GMT+3 2020 por fernandosiqueira

Deficientes têm preços diferenciados na compra de um carro novo. FOTO: divulgação

O número de venda de automóveis conhecida como PCD (para pessoas com deficiência) no Estado de São Paulo com isenções fiscais, aumentou 247% entre os anos 2016 e 2019, segundo a Secretaria Estadual de Projetos, Orçamento e Gestão. Houve, no período, um salto de 29.455 para 102.092 veículos adquiridos por meio desse benefício tributário.

A compra de veículos automotores por pessoas com deficiência 'prevê' uma série de isenções fiscais, como o IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados, federal) o ICMS e o IPVA (**tributos** estaduais).

O pacote de ajuste fiscal proposto pelo Governo do Estado de São Paulo para 2021, e que começou a tramitar na Assembleia Legislativa ontem, dia 19 de

agosto/2020, prevê, dentre outras medidas, a retirada da isenção da cobrança de IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores) a quem não tenha carro adaptado à condição.

A ideia do governo João Doria é reduzir, com esse ajuste fiscal, um 'rombo' de R\$ 10 bilhões previsto para o orçamento de 2021.

O pacote de medidas inclui, dentre outras medidas, o enxugamento da máquina, a partir da extinção de 10 estatais, fundações e autarquias e o corte linear de 20% de todos os atuais benefícios fiscais concedidos a diversos setores da **economia**.

Segundo cálculos da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, entre 2016 e 2019, o valor anual da renúncia de IPVA, ou seja, o que deixou de ser cobrado desse tributo em razão da isenção para pessoas com deficiência, cresceu 144% (de R\$ 232.400.000,00 para R\$ 567.300.000,00).

Para Mauro Ricardo, Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, o crescimento significativo das vendas de carros para pessoas com deficiência física não é normal.

'O que está ocorrendo são fraudes. Verificamos uma quantidade enorme de sites espalhados pela internet oferecendo isenção na aquisição de veículo e isenção também em relação ao IPVA. É uma fraude contra a população de São Paulo. Por isso, estamos agindo, reduzindo a possibilidade de fraude existente e dando àqueles que, de fato, necessitam, ou seja, àqueles que necessitam de veículo adaptado', diz o Secretário.

2016: 29.455 2017: 52.116 2018: 89.905 2019: 102.092 (Aumento de 247% em relação a 2016). Fonte: Secretaria Estadual de Projetos, Orçamento e Gestão de São Paulo

2016: R\$ 232.400.000,00 2017: R\$ 303.500.000,00
2018: R\$ 371.400.000,00 2019: R\$ 567.300.000,00
(Alta de 144% em comparação com 2016). Fonte:
Secretaria Estadual de Projetos, Orçamento e Gestão
de São Paulo

Governo do Estado envia à Assembleia Legislativa
proposta que acaba com a EMTU e a CDHU

Para Luiz Carlos Moraes, presidente da ANFAVEA
(Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos
Automotores), a venda de veículos PCD tem crescido
por causa da maior divulgação de informações a
respeito de quem tem direito aos descontos na
aquisição dos mesmos.

'As pessoas hoje têm mais informações a respeito da
possibilidade de redução no custo da aquisição de um
veículo, que oferece condições para o PCD', diz o
dirigente.

Ele é contra as mudanças para o IPVA propostas no
ajuste fiscal do governador João Doria. 'Nosso
entendimento é que a necessidade quem define é o
médico. Criar uma dificuldade, uma burocracia, pode
prejudicar essas pessoas que precisam desse veículo.
A opinião médica deve prevalecer. As pessoas que
precisam têm dificuldade de usar o transporte público.'

Luiz Carlos Moraes diz entender a dificuldade fiscal pela
qual passam o Estado de São Paulo e o Brasil. Porém,
de acordo com ele, há outras medidas de ajuste nas
contas públicas a serem feitas. 'A população PCD
precisa de um atendimento especial e a gente acha
que tem de ter um benefício.'

Na opinião do secretário Mauro Ricardo, o
posicionamento das montadoras decorre do interesse
do setor em vender veículos, não importa se com ou
sem isenções fiscais.

No nosso entendimento, o problema exige um estudo
mais acurado.

Related posts:

Vendas de carros com desconto para pessoas com
deficiência (PCD) triplicam Programa Envolver
Marcopolo abre **mercado** de trabalho a mais de 100
pessoas com deficiência intelectual Triplica número de
vendas de carros para pessoas portadoras de
deficiência Mesmo retraído, **mercado** cresce 26,5% nas
vendas de carros para 'deficientes' PCD: Nissan volta a
oferecer Kicks S Direct para pessoas com deficiência,
por R\$ 53.082,00

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA**

Quais setores do e-commerce mais cresceram na pandemia?



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A pandemia foi um momento extraordinário na **economia** mundial. As pessoas e as empresas tiveram que se adaptar para consumir e oferecer produtos e serviços. Com isso, a importância do **mercado** digital está cada vez maior.

O setor de E-Commerce cresceu bastante e hoje fatura muito mais, especialmente em uma época em que não se pode sair de casa, pois o consumo pela internet aumentou muito e trouxe novos adeptos.

Sabemos que, com o passar do tempo, a evolução do consumo pela internet era esperada, mas a chegada da pandemia forçou este comportamento ao consumidor que, em muitos casos, não viu outra saída.

Neste artigo nós vamos discutir um pouco mais sobre quais foram os setores de e-commerce que mais se beneficiaram deste momento de pandemia e tiveram crescimento expressivo no período de acordo com o Sebrae e o E-commerce Brasil.

Setor de brinquedos

Você tem ideia do porquê este foi um setor que cresceu bastante durante a pandemia? Nós te explicamos o motivo: com as aulas paralisadas e as crianças precisando aprender e se desenvolver em casa, mesmo com as aulas online, há muito mais tempo livre.

Os pais, em busca de entretenimento para os seus filhos, não tiveram outra escolha. As lojas virtuais de brinquedos tiveram crescimento expressivo e essa é uma tendência que deve permanecer, já que pela internet é possível encontrar mais opções que agradam os pequenos.

Smartphones e itens de tecnologia

As pessoas estão cada vez mais interessadas em comprar melhores aparelhos e alguns itens para produzir melhores conteúdos, como ring light, microfones de celular, fones de ouvido, além de outros acessórios como e-readers e produtos para casa inteligente.

Entregas de comida, supermercado e farmácias.

Este já era um dos setores que melhor performava antes da pandemia. As pessoas, que já estavam se acostumando com a ideia de pedir comida por aplicativo, tiveram mais um incentivo para consumir comida por delivery.

Com restaurantes fechados e a preocupação com a pandemia, muitos não tiveram outra escolha, a não ser pedir comida pela internet e por meio de aplicativos.

O mesmo também vale para compras em supermercado e farmácias. Todos estes produtos de alta recorrência tiveram o seu consumo facilitado pelos aplicativos de entrega, principalmente em cidades que adotaram um isolamento mais rigoroso, fecharam o comércio local e deixaram os consumidores com a única opção sendo o e-commerce.

Beleza e saúde

Além da comodidade de receber em casa, os itens de beleza e saúde costumam ter uma boa diferença de preço se comprados pela internet.

Por isso, durante a pandemia, o setor cresceu bastante e aumentou a procura por perfumes, shakes de dieta, suplementos, secadores de cabelo, maquiagem, produtos de skin care é muito mais.

Acessórios para Pet

Com a impossibilidade de sair de casa, os donos de pet também tiveram que se virar para encontrar mais comodidade para os seus bichinhos.

Muitas lojas virtuais de artigos para Pet estão se destacando, oferecendo itens como coleiras, roupinhas, caminhas, brinquedos, ração e produtos diferenciados.

Se você tem um petshop, considere oferecer os seus diferenciais online e terá um bom retorno de crescimento para a sua empresa.

Artigos esportivos

Com academias e outros estabelecimentos de atividade física fechados, as pessoas precisam inovar na forma de fazer exercícios. Pensando nisso, muitas pessoas investiram em artigos esportivos para se exercitar de casa.

Os produtos mais procurados são de exercícios funcionais e equipamentos como elípticos, esteira, remo ou bicicletas ergométricas.

Neste período de pandemia as pessoas buscam maneiras de manter o hábito de fazer exercícios físicos e por isso passaram a consumir artigos esportivos capazes de manter essa rotina.

Games online

Este é um setor que teve grande alta, tanto para crianças quanto para adultos. Sem muito o que fazer em

casa, as pessoas buscam diversas formas de entretenimento. E os games online tem saído bastante.

Não somente com o jogo em si, o **mercado** decolou com a possibilidade de compras dentro de apps, com funcionalidades para jogadores pro, personagens, acessórios de jogo, acessos restritos, skins e muito mais.

Cursos online

Este setor tem se valorizado muito ao longo do tempo. Na pandemia muitos profissionais acabaram afastados, perdendo seus empregos e passando por períodos difíceis profissionalmente.

Alguns deles não sofreram prejuízos financeiros, mas muitos buscaram maneiras de usar o tempo livre para se qualificar e aprender um pouco mais sobre o que pode fazer deles profissionais indispensáveis para o **mercado**.

As vantagens do crescimento do e-commerce para o consumidor

É certo de que, quanto mais o e-commerce cresce, mais vantagens se criam para o consumidor e também para as empresas que se conseguem manter no topo.

As lojas físicas, mesmo oferecendo poucos produtos e com altos preços, possuíam a liderança do **mercado**. Com o aumento do consumo em lojas virtuais, o consumidor acaba tendo mais opções de compras, com preços mais baixos e melhores condições de pagamento.

Este acesso facilitado só é possível porque o **mercado** digital hoje é capaz de oferecer um atendimento e experiência tão bom quanto ou menor do que o de estabelecimentos físicos.

Hoje em dia é fácil ter um e-commerce, pois basta comprar um domínio e contratar um bom serviço de hospedagem para começar um negócio online.

Além de serem acessíveis, tanto o domínio quanto a hospedagem são recursos indispensáveis para quem deseja atuar na web, seja criando um simples blog ou um grande e-commerce.

Empresas que se valorizaram na **economia** por conta do e-commerce

Tendo em vista que o e-commerce tem sido um grande sucesso durante a pandemia, algumas empresas conseguiram crescer substancialmente em um período de crise mundial.

Elas conseguiram estes resultados porque acabam solucionando o problema e satisfazendo a necessidade do consumidor durante a pandemia.

Amazon e Magazine Luiza são grandes exemplos de empresas que se beneficiaram da tragédia que foi a pandemia, se provando muito úteis e ajudando o consumidor e os empresários em um momento tão difícil.

O que elas fizeram foi basicamente oferecer uma plataforma para que mais comerciantes pudessem ser parceiros da empresa, oferecendo seus produtos em suas plataformas de e-commerce, proporcionando uma grande vitrine para pequenos empresários aumentarem suas vendas on-line.

Com isso, muitos empreendedores que não trabalhavam com o digital, passaram a se interessar pelo segmento e estão neste momento procurando maneiras de estruturar um e-commerce para que o seu negócio alcance mais pessoas.

Como abrir um e-commerce e faturar mais

Para abrir um e-commerce você precisa se planejar. Comece fazendo uma pesquisa de **mercado** sobre quais produtos tem mais saída e quais são os preços praticados no **mercado**.

Você pode começar utilizando as plataformas de e-commerce da Amazon e Magazine Luiza, sentir como é

o seu público e estruturar um e-commerce próprio com mais funcionalidades para os seus clientes.

Aos poucos você vai criando uma boa imagem online que te dá mais credibilidade e oferece mais confiança ao seu público online. Com um bom e-commerce estruturado, você terá as vantagens de:

Alcançar mais clientes

Escalar o seu negócio

Vendas 24/7

Relatórios completos

Praticidade para os clientes

Ferramentas de automação

Operação mais barata que a física

Para ter sucesso na sua loja virtual você precisará se planejar bastante. Felizmente, a internet oferece muitas ferramentas com diversificadas funcionalidades para que você tenha a melhor performance no seu e-commerce.

Independente do setor de vendas que você escolher, com uma operação bem estruturada você conseguirá alcançar mais pessoas, escalar seu negócio e ter um faturamento muito maior do que o da loja física.

Estruturando o seu próprio e-commerce

Você vai precisar pensar em alguns detalhes para estruturar o seu e-commerce, como qual será a sua plataforma, sua hospedagem de sites e o registro de domínio do seu site.

É extremamente importante que você dê prioridade a estrutura do seu e-commerce, uma vez que ele será o ponto de encontro dos seus clientes.

Por isso, escolha os melhores serviços para garantir

segurança e uma boa experiência ao consumidor. Na hora de registrar o domínio, encontre um nome fácil que identifique a sua loja e não seja difícil de encontrar nos buscadores.

Outras coisas que você deve planejar para ter um e-commerce próprio:

Bons fornecedores

Operação de logística

Estoque

Atendimento ao cliente

Experiência do usuário

Segurança de dados

Existem muitas coisas a se planejar para ter um e-commerce de sucesso, mas começando por estas que indicamos, você poderá ir muito longe logo no começo.

Outras dicas para fazer o seu e-commerce crescer

Tenha domínio sobre o assunto marketing digital

Crie conteúdo de valor para atrair clientes

Esteja presente nas redes sociais

Contrate profissionais para o atendimento

Invista em anúncios e tráfego pago

Conclusão

Muitos setores tiveram grande crescimento no e-commerce durante a pandemia. A transformação digital já havia acontecendo nas empresas e a pandemia acelerou a necessidade de criar novas formas de consumo que se adequassem a forma como as pessoas utilizam a internet.

Dito isso, acredita-se que é cada vez mais necessário que as empresas se planejem para estruturar o seu negócio online e oferecer a possibilidade de crescer no e-commerce.

Muitos setores cresceram durante a pandemia, mas isso não significa que o seu não pode ter grande crescimento. O ideal é pesquisar sobre o **mercado** e entender como a sua empresa pode oferecer valor a sociedade e criar boas oportunidades de crescimento.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Quais setores do e-commerce mais cresceram na pandemia?



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

pp_amp_intext |
/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_02

A pandemia foi um momento extraordinário na **economia** mundial. As pessoas e as empresas tiveram que se adaptar para consumir e oferecer produtos e serviços. Com isso, a importância do **mercado** digital está cada vez maior.

O setor de E-Commerce cresceu bastante e hoje fatura muito mais, especialmente em uma época em que não se pode sair de casa, pois o consumo pela internet aumentou muito e trouxe novos adeptos.

Sabemos que, com o passar do tempo, a evolução do consumo pela internet era esperada, mas a chegada da pandemia forçou este comportamento ao consumidor que, em muitos casos, não viu outra saída.

Neste artigo nós vamos discutir um pouco mais sobre quais foram os setores de e-commerce que mais se beneficiaram deste momento de pandemia e tiveram crescimento expressivo no período de acordo com o

pp_amp_intext |
/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_03

Sebrae e o E-commerce Brasil.

Setor de brinquedos

Você tem ideia do porquê este foi um setor que cresceu bastante durante a pandemia? Nós te explicamos o motivo: com as aulas paralisadas e as crianças precisando aprender e se desenvolver em casa, mesmo com as aulas online, há muito mais tempo livre.

Os pais, em busca de entretenimento para os seus filhos, não tiveram outra escolha. As lojas virtuais de brinquedos tiveram crescimento expressivo e essa é uma tendência que deve permanecer, já que pela internet é possível encontrar mais opções que agradam os pequenos.

Smartphones e itens de tecnologia

As pessoas estão cada vez mais interessadas em comprar melhores aparelhos e alguns itens para produzir melhores conteúdos, como ring light, microfones de celular, fones de ouvido, além de outros acessórios como e-readers e produtos para casa inteligente.

pp_amp_intext |
/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_04

Entregas de comida, supermercado e farmácias.

Este já era um dos setores que melhor performava antes da pandemia. As pessoas, que já estavam se acostumando com a ideia de pedir comida por aplicativo, tiveram mais um incentivo para consumir comida por delivery.

Com restaurantes fechados e a preocupação com a pandemia, muitos não tiveram outra escolha, a não ser pedir comida pela internet e por meio de aplicativos.

O mesmo também vale para compras em supermercado e farmácias. Todos estes produtos de alta recorrência tiveram o seu consumo facilitado pelos aplicativos de entrega, principalmente em cidades que adotaram um isolamento mais rigoroso, fecharam o comércio local e deixaram os consumidores com a única opção sendo o e-commerce.

Beleza e saúde

Além da comodidade de receber em casa, os itens de beleza e saúde costumam ter uma boa diferença de preço se comprados pela internet.

pp_amp_intext |
/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_05

Por isso, durante a pandemia, o setor cresceu bastante e aumentou a procura por perfumes, shakes de dieta, suplementos, secadores de cabelo, maquiagem, produtos de skin care é muito mais.

Acessórios para Pet

Com a impossibilidade de sair de casa, os donos de pet também tiveram que se virar para encontrar mais comodidade para os seus bichinhos.

Muitas lojas virtuais de artigos para Pet estão se destacando, oferecendo itens como coleiras, roupinhas, caminhas, brinquedos, ração e produtos diferenciados.

Se você tem um petshop, considere oferecer os seus diferenciais online e terá um bom retorno de crescimento para a sua empresa.

pp_amp_intext |
/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_06

Artigos esportivos

Com academias e outros estabelecimentos de atividade física fechados, as pessoas precisam inovar na forma de fazer exercícios. Pensando nisso, muitas pessoas

investiram em artigos esportivos para se exercitar de casa.

Os produtos mais procurados são de exercícios funcionais e equipamentos como elípticos, esteira, remo ou bicicletas ergométricas.

Neste período de pandemia as pessoas buscam maneiras de manter o hábito de fazer exercícios físicos e por isso passaram a consumir artigos esportivos capazes de manter essa rotina.

Games online

Este é um setor que teve grande alta, tanto para crianças quanto para adultos. Sem muito o que fazer em casa, as pessoas buscam diversas formas de entretenimento. E os games online tem saído bastante.

pp_amp_intext |
/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_07

Não somente com o jogo em si, o **mercado** decolou com a possibilidade de compras dentro de apps, com funcionalidades para jogadores pro, personagens, acessórios de jogo, acessos restritos, skins e muito mais.

Cursos online

Este setor tem se valorizado muito ao longo do tempo. Na pandemia muitos profissionais acabaram afastados, perdendo seus empregos e passando por períodos difíceis profissionalmente.

Alguns deles não sofreram prejuízos financeiros, mas muitos buscaram maneiras de usar o tempo livre para se qualificar e aprender um pouco mais sobre o que pode fazer deles profissionais indispensáveis para o **mercado**.

As vantagens do crescimento do e-commerce para o consumidor

É certo de que, quanto mais o e-commerce cresce, mais

vantagens se criam para o consumidor e também para as empresas que se conseguem manter no topo.

pp_amp_intext |

/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_08

As lojas físicas, mesmo oferecendo poucos produtos e com altos preços, possuíam a liderança do **mercado**. Com o aumento do consumo em lojas virtuais, o consumidor acaba tendo mais opções de compras, com preços mais baixos e melhores condições de pagamento.

Este acesso facilitado só é possível porque o **mercado** digital hoje é capaz de oferecer um atendimento e experiência tão bom quanto ou menor do que o de estabelecimentos físicos.

Hoje em dia é fácil ter um e-commerce, pois basta comprar um domínio e contratar um bom serviço de hospedagem para começar um negócio online.

Além de serem acessíveis, tanto o domínio quanto a hospedagem são recursos indispensáveis para quem deseja atuar na web, seja criando um simples blog ou um grande e-commerce.

pp_amp_intext |

/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_09

Empresas que se valorizaram na **economia** por conta do e-commerce

Tendo em vista que o e-commerce tem sido um grande sucesso durante a pandemia, algumas empresas conseguiram crescer substancialmente em um período de crise mundial.

Elas conseguiram estes resultados porque acabam solucionando o problema e satisfazendo a necessidade do consumidor durante a pandemia.

Amazon e Magazine Luiza são grandes exemplos de empresas que se beneficiaram da tragédia que foi a pandemia, se provando muito úteis e ajudando o

consumidor e os empresários em um momento tão difícil.

O que elas fizeram foi basicamente oferecer uma plataforma para que mais comerciantes pudessem ser parceiros da empresa, oferecendo seus produtos em suas plataformas de e-commerce, proporcionando uma grande vitrine para pequenos empresários aumentarem suas vendas on-line.

pp_amp_intext |

/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_10

Com isso, muitos empreendedores que não trabalhavam com o digital, passaram a se interessar pelo segmento e estão neste momento procurando maneiras de estruturar um e-commerce para que o seu negócio alcance mais pessoas.

Como abrir um e-commerce e faturar mais

Para abrir um e-commerce você precisa se planejar. Comece fazendo uma pesquisa de **mercado** sobre quais produtos tem mais saída e quais são os preços praticados no **mercado**.

Você pode começar utilizando as plataformas de e-commerce da Amazon e Magazine Luiza, sentir como é o seu público e estruturar um e-commerce próprio com mais funcionalidades para os seus clientes.

Aos poucos você vai criando uma boa imagem online que te dá mais credibilidade e oferece mais confiança ao seu público online. Com um bom e-commerce estruturado, você terá as vantagens de:

pp_amp_intext |

/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_11

Alcançar mais clientes

Escalar o seu negócio

Vendas 24/7

Relatórios completos

Praticidade para os clientes

Ferramentas de automação

Operação mais barata que a física

Para ter sucesso na sua loja virtual você precisará se planejar bastante. Felizmente, a internet oferece muitas ferramentas com diversificadas funcionalidades para que você tenha a melhor performance no seu e-commerce.

Independente do setor de vendas que você escolher, com uma operação bem estruturada você conseguirá alcançar mais pessoas, escalar seu negócio e ter um faturamento muito maior do que o da loja física.

Estruturando o seu próprio e-commerce

Você vai precisar pensar em alguns detalhes para estruturar o seu e-commerce, como qual será a sua plataforma, sua hospedagem de sites e o registro de domínio do seu site.

pp_amp_intext |

/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_12

É extremamente importante que você dê prioridade a estrutura do seu e-commerce, uma vez que ele será o ponto de encontro dos seus clientes.

Por isso, escolha os melhores serviços para garantir segurança e uma boa experiência ao consumidor. Na hora de registrar o domínio, encontre um nome fácil que identifique a sua loja e não seja difícil de encontrar nos buscadores.

Outras coisas que você deve planejar para ter um e-commerce próprio:

Bons fornecedores

Operação de logística

Estoque

Atendimento ao cliente

Experiência do usuário

Segurança de dados

Existem muitas coisas a se planejar para ter um e-commerce de sucesso, mas começando por estas que indicamos, você poderá ir muito longe logo no começo.

Outras dicas para fazer o seu e-commerce crescer

Tenha domínio sobre o assunto marketing digital

Crie conteúdo de valor para atrair clientes

Esteja presente nas redes sociais

Contrate profissionais para o atendimento

Invista em anúncios e tráfego pago

Conclusão

Muitos setores tiveram grande crescimento no e-commerce durante a pandemia. A transformação digital já havia acontecendo nas empresas e a pandemia acelerou a necessidade de criar novas formas de consumo que se adequassem a forma como as pessoas utilizam a internet.

pp_amp_intext |

/75894840/MOSSORO_HOJE_AMP_13

Dito isso, acredita-se que é cada vez mais necessário que as empresas se planejem para estruturar o seu negócio online e oferecer a possibilidade de crescer no e-commerce.

Muitos setores cresceram durante a pandemia, mas isso não significa que o seu não pode ter grande crescimento. O ideal é pesquisar sobre o **mercado** e

entender como a sua empresa pode oferecer valor a sociedade e criar boas oportunidades de crescimento.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

CPMF de Guedes não será apenas digital e atingirá todas as transações financeiras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

A volta da CPMF, anunciada pelo ministro Paulo Guedes como um imposto apenas digital, atingirá, na verdade, todas as transações financeiras. 'Para ser um tributo de base ampla, obviamente, ele não captura só as transações digitais, tem que capturar todas as transações da **economia**', disse Vanessa Canado, durante o debate 'E agora, Brasil?'. 'Quando você torna a **economia** menos corpórea, a forma de rastrear essa **economia**, sem dúvida, é mais fácil por meio do fluxo de pagamentos', afirmou ainda. A incerteza econômica fez com que, ontem, o dólar disparasse. Saiba mais:

Os mercados brasileiros experimentaram novo dia de estresse nesta quarta-feira, e o dólar fechou em firme alta e acima de 5,60 reais, mais do que devolvendo a queda da véspera, diante da apreensão de investidores quanto ao futuro da agenda fiscal do país em meio a renovados temores quanto à posição de Paulo Guedes no Ministério da **Economia**.

O dólar à vista fechou em alta de 1,54%, a 5,6124 reais na venda. É o maior nível desde 20 de maio (5,6902 reais). O ganho desta sessão superou a queda de 1,19% da terça-feira.

Na máxima, alcançada no meio da tarde, o dólar foi a 5,635 reais (+1,95%). No começo do pregão, a moeda chegou a cair 0,24%, para 5,5141 reais.

Na B3, o dólar futuro de maior liquidez saltava 1,90%, a 5,6155 reais, às 17h22.

O dólar vinha tomando fôlego gradualmente ao longo da manhã, mas, pouco depois das 12h, arrancou em alta após o presidente Jair Bolsonaro dizer que havia rejeitado a proposta apresentada pelo Ministério da **Economia** para criação do programa Renda Brasil.

A proposta de criação do Renda Brasil, que estava no pacote de medidas de aceleração da **economia** apresentadas ao presidente pelo ministro Paulo Guedes, previa um benefício maior que o valor atual do Bolsa Família, mas seu financiamento viria do corte de outros programas sociais, como o abono salarial, o seguro-defeso e o Farmácia Popular. Bolsonaro descartou a possibilidade de abolir o abono salarial.

A fala de Bolsonaro, vista como desautorização pública ao ministro, amplificou a aparente queda de braço entre Guedes e a ala desenvolvimentista do governo. Ruídos entre os dois lados já haviam se intensificado nas últimas semanas, contribuindo para a saída do governo de importantes auxiliares do ministro da **Economia** e alimentando especulações sobre eventual substituição do chefe da pasta -com um dos nomes mais falados para seu lugar sendo o do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

O **mercado** piorou o sinal porque entende que as divergências dificultam o cumprimento de uma agenda fiscal no sentido de austeridade, o que ameaça manter

ECONOMIA

a dívida pública em trajetória de alta, deteriorando a percepção sobre as contas públicas do país e reduzindo a confiança dos investidores.

'Ele (Bolsonaro) não está dando saída para a equipe econômica', disse Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset Management.

'A sinalização emitida (pelo presidente) não foi boa. Coloca de novo Paulo Guedes numa berlinda perigosa, bota o fiscal brasileiro numa berlinda perigosa. Essas coisas (aumento de gastos) têm efeito (econômico) de curto prazo bom, mas o efeito de longo prazo é péssimo', completou, alertando sobre risco de inflação à frente.

Outros mercados também sentiram o mau humor. Nos **juros**, o DI janeiro 2023 foi à máxima do dia, de 4,21%, ante 3,93% do ajuste anterior. O DI janeiro 2025 saltou a 6,08% no pico, ante 5,75% do ajuste de terça-feira. O Ibovespa teve queda preliminar de 1,46%, depois de cair abaixo dos 100 mil pontos.

Os mercados como um todo saíram das mínimas da sessão depois de o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), dizer que nenhum projeto que desrespeite o teto de gastos será votado na Casa.

A negativa do Ministério da **Economia** sobre coletiva do Paulo Guedes para pedido de demissão e notícias a respeito de algum espaço para renegociação dos termos da proposta da **Economia** para o Renda Brasil nos próximos dias também abriram espaço para algum ajuste positivo nos preços dos ativos.

Luis Laudisio, operador da Renascença, acredita que o **mercado** deva cobrar mais prêmio daqui para a frente, inclusive nos leilões de dívida. 'A reação do **mercado** foi ruim hoje, mas o **mercado** nem começou a jogar a toalha ainda', completou, indicando chances de reações mais fortes nos preços em caso de continuidade do cenário de incertezas.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

Mau momento: preço de banana e outros argumentos contra saída da Petrobras



Dizer que o 'petróleo é nosso' ou que os 'Governos do PT saquearam a Petrobras' parece estar cada vez mais simplista e reducionista do momento do abacaxi que poderá ser o saída da estatal do Rio Grande do Norte.

Existem uma discussão lógica, econômica e objetiva no meio do caminho a ser enfrentada com argumentos legítimos parte a parte.

Ontem, este TL publicou o ponto de vista do prefeito de Guamaré Bruno Diógenes aceitando com olhar positivo a mudança.

Agora, alguns itens do que disse ontem na reunião da bancada o Senador Jean Paul Prates, prevendo dificuldades caso o desmonte anunciado se concretize.

Senão vejamos alguns pontos a partir da premissa que toda a produção petrolífera do RN poderá ficar numa única mão, privada e sem qualquer compromisso com o Estado.

I - Não se trata apenas a venda de campos maduros, mas um conjunto de ativos, que pode incluir mais de 1500 poços dentro dos campos. Ou seja, um campo pode ter milhares de poços com muito ainda a ser produzido;

II - A venda significa também a perda da Refinaria Clara Camarão e tudo que ela representa, os sistemas logísticos e a simbologia dela para Bacia potiguar; seja no mar ou em terra. Ou seja, quem comprar o anunciado pelo 'teaser' significa que leva o pacote completo. Isto é, não se trata de maior competitividade na iniciativa privada, mas a restrição dela a um único comprador.

III- Já existem outras empresas privadas operando no RN desde a década de 90 na bacia potiguar. Exemplo delas é a Partex, mas que também tem dependência absoluta da Refinaria Clara Camarão.

[Clique aqui para abrir a imagem](#)



Dizer que o 'petróleo é nosso' ou que os 'Governos do PT saquearam a Petrobras' parece estar cada vez mais simplista e reducionista do momento do abacaxi que poderá ser o saída da estatal do Rio Grande do Norte.

Existem uma discussão lógica, econômica e objetiva no meio do caminho a ser enfrentada com argumentos legítimos parte a parte.

Ontem, este TL publicou o ponto de vista do prefeito de Guamaré Bruno Diógenes aceitando com olhar positivo a mudança.

Agora, alguns itens do que disse ontem na reunião da bancada o Senador Jean Paul Prates, prevendo dificuldades caso o desmonte anunciado se concretize.

Senão vejamos alguns pontos a partir da premissa que toda a produção petrolífera do RN poderá ficar numa única mão, privada e sem qualquer compromisso com o Estado.

I - Não se trata apenas a venda de campos maduros, mas um conjunto de ativos, que pode incluir mais de 1500 poços dentro dos campos. Ou seja, um campo pode ter milhares de poços com muito ainda a ser produzido;

II - A venda significa também a perda da Refinaria Clara Camarão e tudo que ela representa, os sistemas logísticos e a simbologia dela para Bacia potiguar; seja no mar ou em terra. Ou seja, quem comprar o anunciado pelo 'teaser' significa que leva o pacote completo. Isto é, não se trata de maior competitividade na iniciativa privada, mas a restrição dela a um único comprador.

III- Já existem outras empresas privadas operando no RN desde a década de 90 na bacia potiguar. Exemplo delas é a Partex, mas que também tem dependência absoluta da Refinaria Clara Camarão.

IV - Já que a ideia é integrar não apenas a produção petrolífera (oil assets) e também a produção de gás e a capacidade de refinaria (oil & gas) é necessário ser cuidadoso.

V - O momento é bom para quem compra os ativos (oil assets), que apenas operam a

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Laurita Arruda

Dizer que o 'petróleo é nosso' ou que os 'Governos do

IV - Será que o novo comprador vai querer continuar produzindo QAV, diesel e gasolina para manter a necessidade do **mercado** local? Hoje o RN é auto-suficiente em todos eles.

V- O momento é bom para quem compra, os chamados fundos abutres, que querem aproveitar a crise mundial para comprar com viés de baixa, 'a preço de banana'.

VI - A Petrobras não tem esse 'desespero' todo porque o pré-sal não precisa do valor desses ativos para ser financiado. Não justificaria o 'mau-negócio' antecipado, digamos.

É isto que está na mesa e que precisa ser definido com o olhar menos político, mais Rio Grande do Norte. E aí, sim, no futuro se saberá os reais interesses de casa parte; defender o povo e a **economia** do Estado ou bandeira político-partidária.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Startups oferecem mais de 250 oportunidades de emprego em várias capitais



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Pesquisa realizada com as startups que passaram pelo Programa de Aceleração Visa revelou que 75% não teve que demitir funcionários mesmo com a pandemia. Além disso, muitas empresas estão até aumentando o quadro de funcionários apesar do cenário conturbado em que estamos vivendo. Confira as vagas em 15 empresas para profissionais de diferentes áreas de atuação:

Sinqia

A Sinqia, empresa líder em tecnologia para o **mercado** financeiro, está em busca de 140 profissionais de diversas áreas de atuação, para contratação imediata nas cidades de São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC). As vagas disponíveis são nas áreas de Business Consulting, Comercial, Controladoria, IT Business, IT Software, Marketing e Tesouraria. As inscrições podem ser feitas pelo site <https://jobs.kenoby.com/sinqia>.

A companhia foi certificada pelo Great Place to Work,

em 2019, como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, e eleita como uma das 100 maiores fintechs do mundo em 2017, 2018 e 2019, pelo IDC.

Mycon

O Mycon, primeira fintech de consórcios que funciona sem vendedores humanos e que tem a menor taxa do **mercado**, está mais de 50 vagas abertas para diversos setores, entre eles áreas como: Customer Success, SDR / Inside Sales, Especialista em A.I., Full Stack Developer, Full Mobile Developer, Especialista em ChatBot, Assistente ADM e RH Pleno. Toda entrevista e contratação está sendo de forma online e os interessados podem se inscrever no link: <https://www.mycon.com.br/vagas>

Consolide

A Consolide, startup de registro de marcas, está com 35 vagas abertas, sendo 28 delas para vendedor interno, em Araranguá (SC), e uma para Gerente Comercial (full time), também em Araranguá. A empresa também está contratando Coordenador de Inside Sales, Coordenador de Outbound, Estagiário de Engenharia da Computação, Estagiário de Suporte Técnico e Tester de Software. Há também uma vaga de Redator/Copywriter para trabalho home office. Os interessados podem se candidatar no link: <https://consolide.gupy.io/>

VITTA

A VITTA, gestora de planos de saúde e benefícios, está com sete vagas abertas para Agente de Implantação, Analista de Infraestrutura pleno, Consultor Comercial, Desenvolvedor Mobile Pleno, Desenvolvedor Mobile Sênior, Desenvolvedor Web e Estágio em Sales Development. As inscrições podem ser realizadas no site: <https://vitta.gupy.io/>

Logstore

A Logstore, plataforma de atendimento que capacita as marcas a vender e entregar em apenas um click e uma das startups selecionadas para a edição 2020 do Programa de Aceleração Visa, está com sete vagas abertas para as seguintes posições: Desenvolvedor Sr. (3), Customer Success (1), Analista Financeiro (1), Marketing (1), Designer UX/UI (1). As inscrições podem ser realizadas no site:

<https://www.logstore.com.br/logstore-v3/careers>

Bitfy

A Bitfy é a primeira carteira multiuso e sem custódia de bitcoins da América Latina. A startup está com 5 vagas abertas para as seguintes posições: Desenvolvedor React Native, Analista Sênior de Infraestrutura AWS, UX/UI Designer, Atendimento e Suporte. Para se candidatar basta enviar currículo com perfil do LinkedIn e pretensão salarial para vagas@bitfy.app.

UZZO

A UZZO, a primeira conta digital multimoeda do Brasil, está com quatro vagas abertas para atuar em São Paulo. As vagas são para customer success analyst, validation analyst, sales specialist of partnership, fullstack developer. As inscrições podem ser realizadas no site: <https://jobs.kenoby.com/UZZO>

Grupo Nexxera

O Grupo Nexxera, principal gateway de transações financeiras do país, está com vaga aberta para Analista de Automação de Esteiras. Além disso, Pessoas com Deficiência (PCD) também podem enviar seu currículo para o banco de dados, as inscrições podem ser realizadas no site <https://nexxera.gupy.io/>

OiMenu

O OiMenu, startup de cardápios digitais, está com três vagas abertas para o cargo de Programador PHP pleno. A empresa, que tem sede em Araranguá (SC), retornou ao trabalho presencial e procura por profissionais que

possam trabalhar presencialmente ou de maneira remota. Os interessados devem encaminhar o CV para o e-mail contato@oimenu.com.br com o título: CV - PHP.

SMU

A SMU investimentos, principal plataforma de crowdfunding do país e líder em sua área de atuação, está com uma vaga aberta para Comercial PL em Fintech. O cargo é para atuar em São Paulo e entre as atividades estão a apresentação de oportunidades para investidores, definir estratégia de abordagens de leads, além de participar de pitch de startups e eventos sobre o **mercado** de tecnologia e investimento. Para se candidatar, é preciso ser formado em Administração, **Economia**, Engenharia e Contabilidade. Conhecimento em regulatório CVM e Venture Capital será um diferencial. Interessados podem enviar currículo para o e-mail: ricardo.rabin@startmeup.com.br.Leoa

A Leoa, plataforma gratuita para assistência na declaração do Imposto de Renda, está com vagas abertas para Estagiário em Contabilidade, Contador, Analista de Suporte, Senior Customer Success, Senior Back-end Developer, Senior Front-end Developer, Gerente de Marketing e Redator Sênior. Os interessados devem se inscrever no site da empresa: <https://www.leoa.com.br/carreiras>

Linker

O Linker, uma conta PJ digital e plataforma de soluções financeiras 100% focada no empreendedor, está em busca de profissionais para ocuparem os cargos de Engenheiro de Software Python e Visual Designer Pleno. Ambos trabalharão inicialmente em home office. Os interessados devem encaminhar o CV pelo e-mail vagas@linker.com.br

Coalize

A Coalize, solução tecnológica que auxilia o RH das empresas, está com uma vaga aberta para Full Stack Developer. É importante possuir experiência em Front-

end e Mobile (react). Para informações sobre a vaga, os interessados devem entrar em contato pelo e-mail: barbara@coalize.com.br

Credoro

A Credoro, fintech de empréstimo pessoal, está em busca de profissionais que possam trabalhar home office. As vagas são para Chief Technology (CTO) e Backend Developer. Os interessados podem realizar a candidatura no link: <https://talent.recruitei.com.br/grupo-de-oportunidades/register>

IOUU

A IOUU, fintech de peer-to-peer ou P2P lending que propõe alternativas financeiras para empresas que necessitam de crédito, está com uma vaga aberta para Desenvolvedor (a) back-end Sênior. Entre as atividades estão desenvolver códigos e soluções sempre pensando em eficiência, escalabilidade e estabilidade. Elaborar testes automatizados e fazer code reviews. Para se candidatar é preciso ser formado em Engenharia da computação. Além disso, é necessário ter conhecimento em sistemas de informação e análise e desenvolvimento de sistemas. Interessados podem enviar currículo para o e-mail: pdrumond@iouu.com.br

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

SET e Receita Federal apreendem R\$ 106 mil em mercadorias no aeroporto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

Audidores fiscais da Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN) e da Receita Federal apreenderam na madrugada desta quinta-feira (27) milhares de itens em artigos de confecção, acessórios para aparelhos celulares que entrariam no Rio Grande do Norte sem documentação fiscal pelo Aeroporto Internacional Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante.

As mercadorias vinham em voos oriundos de São Paulo e os dez fardos de materiais irregulares foram avaliados em R\$ 106 mi. Essa carga entraria em circulação no comércio potiguar sem o recolhimento de impostos. A autuação faz parte de uma operação conjunta entre os dois órgãos para combater a sonegação fiscal e prevenir outros delitos em voos domésticos nacionais e internacionais.

Desde o início dessa parceria entre SET e Receita Federal, em junho, já ocorreram 12 apreensões no aeroporto, que resultaram na retenção de milhares de produtos ilegais adquiridos sem comprovação fiscal, o que totaliza um montante de R\$ 250 mil. A maior parte

cosméticos, roupas e acessórios e equipamentos para celulares, que seriam comercializados com prejuízo para o erário público pelo não recolhimento dos **tributos** obrigatórios.

Mesmo com o início da pandemia, as equipes de auditores da SET intensificaram as fiscalizações nas principais rotas de entrada de cargas no estado via transporte rodoviário. E com essa operação conjunta, que está sendo rotineira, o Fisco Estadual passa também a monitorar cargas que entram por transporte aéreo em voos não comerciais. A estratégia é ampliar as ações para inibir a sonegação, que traz prejuízos para os cofres públicos e promove a competição desleal entre contribuintes, sobretudo aqueles que cumprem regularmente as obrigações tributárias, e afeta consumidores.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Senado aprova MP que prorroga suspensão de pagamentos de tributos a exportadoras



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Senado aprovou nesta quinta-feira, 27, a Medida Provisória 960. A MP estende por mais um ano os incentivos tributários para empresas exportadoras, regime conhecido como drawback, que terminariam em 2020. A prorrogação foi editada pelo governo em função da pandemia da covid-19.

Como houve alteração no Congresso, o texto segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro. Os parlamentares incluíram na prorrogação a modalidade de drawback isenção, além da suspensão, prevista originalmente.

O regime permite ao fabricante adquirir insumos desonerados de **tributos** para emprego na industrialização de produtos destinados à exportação. Entre os **tributos** com pagamentos suspensos, estão o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

No ano de 2019, aproximadamente US\$ 49 bilhões em vendas externas foram realizadas nessa modalidade, o que representou 21,8% do total das exportações

nacionais naquele ano, de acordo com cálculos do Ministério da **Economia**.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Paulo Guedes revê Renda Brasil e quer anunciar junto com novo auxílio emergencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A equipe do ministro da **Economia**, Paulo Guedes, trabalha para rever os pontos da proposta do Renda Brasil. As alterações acontecem após o presidente Jair Bolsonaro reclamar da iniciativa e desautorizar publicamente Guedes em relação a extinção do abono salarial.

A ideia da equipe econômica é ampliar o número de beneficiários e o valor do Bolsa Família e para isso querem acabar com benefícios sociais considerados menos eficientes. Especialistas apontam como benefícios que podem ser cortados o abono salarial, o **salário** família e o seguro defeso.

Ainda não há definição sobre o valor do programa social, mas o objetivo é que seja igual à renovação do auxílio emergencial. O auxílio, que hoje está em R\$ 600, vai ser renovado até dezembro, mas com um valor menor, a única definição até agora é que o valor será acima de R\$ 200.

Um assessor de Guedes disse ao Congresso em Foco

que o texto do Renda Brasil tem de ser lançado nos próximos dias junto com a prorrogação do auxílio emergencial. A renovação do auxílio tem urgência porque, pelas regras atuais, ele termina na próxima segunda-feira (31).

O objetivo é apresentar a proposta do Renda Brasil ao Congresso o quanto antes para que em janeiro os valores comecem a serem postos em prática.

Dada a recusa de Bolsonaro em cortar o abono, a equipe de Guedes trabalha para equacionar o que pode ser usado como fonte de receita e qual será o valor do auxílio e do Renda Brasil.

Bolsonaro disse na quarta-feira (26) que é contra excluir o abono salarial para que o Renda Brasil seja implementado. 'Ontem discutimos a proposta, possível proposta do Renda Brasil, e eu ontem falei: está suspensa, vamos voltar a conversar', disse Bolsonaro em Ipatinga (MG), durante a inauguração de uma usina.

'A proposta como a equipe econômica enviou para mim não será enviada para o Parlamento, não posso tirar de pobres para dar para paupérrimos, não podemos fazer isso daí. Como por exemplo a questão do abono para quem ganha até dois salários mínimos, seria um décimo quarto **salário**, não podemos tirar isso de 12 milhões de pessoas para dar para um Bolsa Família, Renda Brasil, seja lá qual for o nome desse novo programa', declarou o presidente.

Congresso em Foco

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar cai e fecha em R\$ 5,58 em dia de correção



que o emprego não fique aquém de seu nível máximo. Esperanças em relação à aprovação pelo governo dos Estados Unidos de um teste rápido mais barato e portátil para a covid-19 também animaram os mercados externos.

Na bolsa de valores, o dia foi marcado por oscilações. O índice Ibovespa, da B3, a bolsa de valores brasileira, encerrou esta quinta aos 100.624 pontos, estável em relação a ontem, quando tinha fechado em 100.627 pontos. Ao longo do dia, o indicador alternou altas e baixas, até fechar praticamente sem variação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em um dia de boas notícias no exterior, o dólar caiu num movimento de correção. O dólar comercial encerrou esta quinta-feira (27) vendido a R\$ 5,58, com recuo de R\$ 0,034 (-0,6%). Ontem (26), a moeda norte-americana tinha fechado no maior valor em três meses.

Como nos últimos dias, a cotação oscilou bastante. Depois de superar os R\$ 5,61 na máxima da sessão, por volta das 12h30, o dólar caiu durante a tarde e chegou a atingir R\$ 5,55 na mínima do dia, por volta das 15h.

Num dia de poucas notícias econômicas no Brasil, as negociações foram dominadas pelo **mercado** internacional. Nos Estados Unidos, o presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, apresentou hoje uma nova estratégia agressiva para diminuir o desemprego na maior **economia** do planeta e conduzir a inflação a níveis mais saudáveis.

De acordo com a nova abordagem, o Fed, Banco Central norte-americano, buscará atingir uma inflação média de 2%, compensando períodos abaixo de 2% com uma inflação mais alta 'por algum tempo', e garantir

Programa do Leite: valor do litro é reajustado em 11,1%



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do Estado anunciou nesta quinta-feira, 27, o reajuste de 11,1% pago aos produtores inscritos no Programa do Leite. O novo valor começa a ser pago na segunda quinzena de setembro. O litro de leite bovino passa a custar ao Estado R\$ 2,40, dos quais R\$ 1,50 são repassados ao produtor e R\$ 0,90 ao processamento do laticínio. O valor atual é R\$ 2,16 (R\$ 1,38 ao produtor e R\$ 0,78 ao laticínio). O litro do leite caprino também obteve aumento e passará a ser adquirido por R\$ 3,00 (valor atual é R\$ 2,70).

'Vivemos em uma região que precisa sim de incentivos dessa natureza, e quero reforçar que não foi simples para nós fazermos essa matemática, visto que os recursos foram reduzidos', disse Fátima Bezerra em reunião com produtores nesta quinta-feira. Ela se referiu à queda de arrecadação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), gerido pela Secretaria de Estado do Trabalho e da Assistência Social (Sethas/RN), que financia o programa.

Com a atualização no preço do leite, o Governo do Estado vai custear o aumento de 20% no valor do litro de leite do Programa de Aquisição de Alimentos -

Modalidade Incentivo ao Consumo e à Produção de Leite (PAA-Leite). O PAA Leite é um programa operacionalizado pelo Governo do Estado, através da Emater-RN, mediante parceria com o Governo Federal, através do Ministério da Cidadania.

Os produtores Marcelo Passos (Anorc), José Vieira (Fenaer), Dalton Barbosa Silva (Sindleite) e Francisco Fernandes da Costa (Núcleo de Produção do Leite) destacaram o esforço do governo ao atender à reivindicação do reajuste, além de terem enfatizado as ações estruturantes que têm sido realizadas para aumentar a qualidade do leite.

Programa

O Programa do Leite Potiguar integra as ações de desenvolvimento rural e de segurança alimentar do Estado e atua, particularmente, para o fortalecimento da Agricultura Familiar e para a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável das famílias em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. A projeção de investimento mensal para o programa é de R\$ 369,6 mil, beneficiando 70 mil famílias.

A secretária Íris Oliveira, da Sethas/RN, destacou o envolvimento dos órgãos governamentais, que executam as ações estruturantes para fortalecer a cadeia produtiva, e o aplicativo que está sendo desenvolvido com o IFRN para tornar o processo cada vez mais transparente. 'Nosso compromisso também está em regularizar e manter o pagamento em dia', enfatizou.

O secretário Aldemir Freire (Planejamento e Finanças) fez uma breve apresentação sobre a estruturação e o fortalecimento da pecuária leiteira do RN, que está sendo realizada graças ao esforço conjunto feito pelos órgãos Emater, Idiarn, Emparn, e as secretarias da Agricultura e Pesca (Sape) e Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (Sedraf). O leite é o terceiro produto da agropecuária e aquicultura potiguar, atrás

apenas do camarão e da cana de açúcar. Sendo que a principal diferença é que a cadeia produtiva do leite é pulverizada em todo o território potiguar.

'A atividade se insere no conjunto de medidas que o Estado está tomando para retomar a **economia**. Incentivando a pecuária estamos trabalhando para a recuperação da **economia** do RN. Temos o maior número de produtores, e maior disseminação geográfica', explicou. Aldemir Freire destacou ações como o melhoramento genético, feito pela Emparn (Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN), e inspeção sanitária e certificação, pelo Idiarn (Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN).

Governo pagará R\$ 455 mi em salários

A folha salarial completa do mês de agosto será quitada neste sábado, 29, pelo Governo do Estado, num total de aproximadamente R\$ 455 milhões. Será a segunda parcela de pagamentos. 'Com isso, o Governo do Estado mantém o calendário em dia, mesmo sob os efeitos econômicos da pandemia', disse a assessoria da governadora Fátima Bezerra em nota. Neste sábado recebem o **salário** integral todos os servidores lotados em pastas com recursos próprios. Também o funcionalismo que recebe acima de R\$ 4 mil (valor bruto) terão os 70% restantes do **salário** depositado no início da manhã. A primeira parcela de pagamento foi adiantada no último dia 15, com **salário** integral pago a quem ganha até R\$ 4 mil, 30% para quem recebe acima desse valor e o **salário** integral para toda a categoria da Segurança Pública.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

CMN aprova transferência de R\$ 325 bilhões do BC ao Tesouro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Conselho Monetário Nacional autorizou nesta quinta-feira, 27, a transferência de R\$ 325 bilhões das reservas de resultado cambial do Banco Central para o Tesouro Nacional para o pagamento da dívida pública. O valor foi decidido após as negociações sobre o repasse terem deflagrado uma queda de braço dentro da equipe econômica. Como revelou o Broadcast, o BC resistia a dar aval à transferência dos R\$ 400 bilhões solicitados pelo Ministério da **Economia**.

O repasse do lucro bilionário, obtido graças à valorização expressiva do dólar e seu efeito no valor em reais das reservas internacionais, é considerado necessário para garantir ao Tesouro maior conforto na gestão da dívida pública num momento de forte aumento de gastos e maior dificuldade para o País se financiar no **mercado**.

O BC, no entanto, teme ser acusado de financiar irregularmente o Tesouro Nacional e jogou duro nas negociações. Apesar disso, o comunicado do CMN deixou a porta aberta para a possibilidade de uma nova transferência ainda este ano, caso seja necessário.

"Tendo em vista as condições atuais de liquidez no **mercado** de dívida, houve a decisão do CMN para a transferência imediata de R\$ 325 bilhões dessas reservas para o pagamento da DPMFi (dívida pública interna). Caso haja necessidade, o CMN avaliará, ainda neste exercício, a ampliação deste valor", afirma a nota. A lei permite o repasse do lucro cambial "quando severas restrições nas condições de liquidez afetarem de forma significativa" o refinanciamento da dívida pública.

O Ministério da **Economia**, segundo apurou a reportagem, entendia que as dificuldades provocadas pela pandemia se enquadram nessa situação. Mas os diretores do BC ponderaram que o trecho "restrições nas condições de liquidez" pode ser interpretado como liquidez de **mercado** e, devido à crise, ela não enfrenta restrição, pelo contrário: o próprio BC adotou uma série de medidas para deixar mais recursos disponíveis nos bancos e na **economia**.

O Tesouro já queimou uma parte do seu caixa com o aumento dos gastos do governo para combater a pandemia e com as condições menos favoráveis para o País emitir títulos e se financiar. Em meio às incertezas trazidas pelo novo coronavírus e seus efeitos econômicos, investidores têm cobrado taxas de **juros** mais elevadas para emprestar ao governo, principalmente em papéis com prazo mais longo de vencimento, o que tem resultado em maior cautela do Tesouro nas emissões.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Somos 211 milhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Luiz antônio felipe

laf@tribunadonorte.com.br

Na década de 70 éramos 90 milhões em ação, hoje já somos 211,7 milhões de consumidores (3,5 milhões no RN), segundo a última projeção do IBGE - cinco décadas depois triplicamos. São poucos os mercados mundiais com um número tão grande de consumidores e, por isso, tão cobiçado pelas empresas, apesar dos problemas internos na carga tributária, encargos sociais em excesso, na política e na insegurança jurídica. Somos muitos e espalhados em um Continente. Os estados mais populosos são: São Paulo (46.289.333), Minas Gerais (21.292.666) e Rio de Janeiro (17.366.189). No Nordeste os mais populosos são a Bahia, Pernambuco e Ceará. Roraima é o estado com a menor estimativa populacional (631.181).

Pobreza

O Brasil ainda é um País desigual em todos os aspectos, sem demonstrar nenhuma tendência de inversão dessa difícil situação social. Estamos entre as

dez maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, ocupamos a 79ª posição em IDH. Quanto maior a renda familiar, melhor para o crescimento do País. Daí a importância de um programa de Renda Básica.

Cenário

Pesquisa da Associação Brasileira de Automação apura que as empresas conseguem reagir ao impacto da pandemia, com a alternativa de recorrer a empréstimos diminuindo de 35% em abril para 22% em agosto. Caiu de 53% para 15% o total de empresas com intenção de produzir mais e subiu aquelas que adotaram marketplaces e o e-commerce de 14% para 27%.

Crédito

A oferta de crédito vai se ampliando aos poucos. Segundo a empresa Boa Vista, a demanda por crédito pelo consumidor sobe pelo 2º mês seguido ao crescer 11% em julho. Mesmo assim, ainda acumula queda no ano, de 14%. Mas, no acumulado em 12 meses terminados em julho, a taxa negativa perdeu força marginalmente, mostrando recuo de 6,2%.

Cotações

O preço do barril de petróleo (spot) cotado a U\$ 43,00 recuou -0,40%. Já o dólar fechou cotado a R\$ 5, 5,575, baixa de -0,72%. O Ibovespa ficou estável a 100.624 pontos. As taxas futuras de **juros** têm viés de alta pela manhã, antes do Fed (BC americano) aprovar a mudança na meta de inflação, admitindo ligeira elevação.

Mais confiança

A confiança da indústria do País sobe pelo quarto mês consecutivo em agosto, recuperando quase o total das perdas registradas no auge da crise do coronavírus em meio à melhora na percepção dos empresários sobre o momento atual do setor e suas expectativas, mostra a Fundação Getulio Vargas (FGV). O índice teve alta de

8,9 pontos em agosto, o que significa uma recuperação de 93,8% das perdas registradas entre março e abril. "A confiança do setor industrial manteve a tendência de recuperação iniciada nos últimos meses de forma consistente e disseminada", disse em nota Renata de Mello Franco, economista do FGV-Ibre.

Aplicações

Consumo e varejo é o setor mais recomendado para se investir. Segundo analistas, são ações de empresas com tendência de valorização com a retomada da **economia**. Já os fundos de Investimentos, segundo analistas, usam a matemática e velocidade e ganham 4,8% no ano e superam a Bolsa.

Lojas

A rede de lojas Riachuelo começa abertura de lojas Carter's no Brasil em setembro. A varejista de origem potiguar fechou contrato de 10 anos de exclusividade com a marca americana de roupas para bebês e crianças, já conhecida dos brasileiros que viajavam para a Flórida, nos EUA e aproveitavam o custo-benefício das peças.

Reajuste

O litro do leite, do programa estadual será reajustado em 11,1% em setembro. O anúncio foi feito ontem pela governadora Fátima Bezerra, atendendo às reivindicações dos produtores de leite, especialmente, das pequenas propriedades rurais.

Biológicos

O Ministério da Agricultura e Pecuária bate recorde de registros de defensivos agrícolas de controle biológico. Os biológicos e microbiológicos incentivam a agricultura sustentável, por não causarem efeitos tóxicos ao ser humano ou ao meio ambiente. Em 2020, 56 produtos de baixo impacto já foram registrados.

Algodão

Todo processo de plantio e colheita de algodão da Santana Agroindustrial é automatizado. A última safra que começou a ser colhida em julho acabou agora, com duas colheitadeiras e duas prensas, em Sousa, Na paraíba. O algodão é levado para beneficiamento na unidade do grupo em Alto do Rodrigues/RN. A empresa comercializa a pluma para indústria têxtil e também a torta para alimentação animal, além de óleo vegetal.

Vagas

Empresas com vagas abertas poderão se cadastrar gratuitamente no Contrate-me, a plataforma de empregos do SENAI que permitirá, por tempo limitado, que as empresas cadastradas recebam, de graça, o ranking com os profissionais mais indicados para o perfil procurado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Lei Geral das micro e pequenas empresas simplificará acesso ao crédito



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Tornar o acesso ao crédito em instituições públicas e privadas efetivamente mais fácil para o micro e pequeno empreendedor é uma problemática que se estende sem solução há anos no Brasil. No Rio Grande do Norte, o Projeto de Lei das Micros e Pequenas Empresas entregue pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa no início deste mês tende a mudar essa realidade, tornando o ambiente de negócios mais atrativos a novos empreendimentos e à geração de emprego e renda.

O texto base do Projeto de Lei, que passará a ser debatido em Audiências Públicas promovidas pelo Poder Legislativo previstas para ocorrerem a partir da próxima semana, contempla a criação de linhas de crédito específicas voltadas ao comércio exterior; a implementação de um Fundo Garantidor para antecipação de crédito (direito creditício empenhados por órgãos relativos às compras governamentais); o desenvolvimento do Programa Estadual de Microcrédito; o desenvolvimento, em parceria, de programas para capacitação gerencial e tecnológica para acesso ao crédito; incentivo à formalização dos trabalhadores através do MEI com a garantia de isenção de custos

para formalização e legalização; fiscalização para fins educativos, conhecido como dupla visita; e isenção de multa, exceto de mora, das dívidas reconhecidas espontaneamente.

A importância do crédito para o micro e pequeno empresário é comprovada nos números do Banco do Nordeste no Rio Grande do Norte. Conforme balanço da instituição bancária, uma das que mais libera linhas de crédito para as Micro e Pequenas Empresas (MPE), as contratações no primeiro semestre alcançaram o total de R\$ 1,38 bilhão, correspondentes a 129.132 operações, sendo R\$ 1,03 bilhão oriundo do FNE, equivalente a 15.519 operações. No Crediamigo, as 107.808 operações somaram R\$ 315 milhões, e no Agroamigo, 12 mil operações absorveram R\$ 63,6 milhões. O segmento de Micro e Pequenas Empresas contratou 2.458 operações que totalizaram R\$ 194,7 milhões. Esse valor poderá ser ainda maior a partir da desburocratização da tomada de crédito no Estado.

'A lei, se aprovada como está, cria um fundo de aval que garante o recebimento desse valor antecipadamente via Agência de Fomento (AGN) enquanto os órgãos não fazem esse repasse. O empresário passa a descontar o recebível na AGN como fez durante muito tempo com o antigo Bandern e o Banco do Brasil. O fundo cobre os eventuais atrasos do poder público', ressalta o diretor superintendente do Sebrae-RN, Zeca Melo. As discussões em torno da temática relativa à ampliação do acesso ao crédito aos micro e pequenos empresários com negócios instalados no Estado remete ao ano de 2005. Há dois anos ganhou ainda mais força.

Os debates para a formatação do Projeto de Lei das Micro e Pequenas Empresas potiguares tiveram a participação de representantes do Governo do Estado e as associações e federações ligadas aos setores produtivos. 'Tivemos acesso ao documento e gostamos muito dos pontos abordados. Estamos com grande expectativa, pois acreditamos que essa lei vai destravar, desburocratizar processos e dar celeridade para quem busca empreender, e para isso contamos com o apoio e

a colaboração de todos os deputados estaduais', destaca José Lucena, presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Natal (CDL Natal).

Fundo garantidor

Conforme disposto no Projeto de Lei em apreciação pela Assembleia, o Poder Executivo do Rio Grande do Norte definirá uma política de acesso ao crédito que incorpore o tratamento simplificado, diferenciado e favorecido às MPEs com o objetivo de criar ou ampliar possibilidades e negócios a partir de linhas de crédito.

Créditos: Divulgação A AGN que já atua no crédito às MPEs deverá operacionalizar o Fundo Garantidor, a ser criado com a aprovação da Lei Geral

Entre elas estão: linhas específicas de crédito, com taxa de **juros** e exigências documentais e formais diferenciadas, obedecidas as determinações normativas expedidas pelo Banco Central do Brasil; apoio ao comércio exterior, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste (BNB); constituição de Fundo de Aval Garantidor físico para as MPEs.

Em relação ao Fundo Garantidor, o Projeto de Lei detalha que ele deverá ser operacionalizado pela Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Norte S.A. (AGN) e será específico para operações de crédito formalizadas com as MPEs, visando a antecipação dos direitos creditórios empenhados por órgãos e entidades relativos às compras governamentais previstas no Projeto de Lei das MPEs, não liquidadas efetivamente no prazo de 30 dias, limitando-se ao valor de R\$ 80 mil.

Com a aprovação da lei, o Governo do Rio Grande do Norte deverá apoiar a criação de Comitês Municipais e Regionais de Crédito, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito e financiamento e disponibilizá-las às MPEs.

Projeto de Lei da MPE e suas principais temáticas

1. Políticas de Desenvolvimento e Desburocratização -

Fomentar e fortalecer a política de apoio e desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar, do agronegócio, do turismo rural e da pesca artesanal; favorecer políticas públicas, observando as vocações regionais e os aspectos culturais, prezando pelo desenvolvimento sustentável e equilibrado das regiões para reduzir as disparidades econômicas e sociais entre elas

2. Compras Governamentais - Abertura de licitações de até R\$ 150 mil com participação exclusiva de MPEs e previsão de subcontratação do objeto licitado por pequenas empresas

3. Estímulo à Inovação - Poder público desenvolverá projetos e ações de inclusão digital para que os empreendedores possam aplicar novas técnicas e produtos em processos de gestão e produção

4. Estímulo ao Crédito, à Capitalização e dos Incentivos Tributários - Criação de Fundo de Capital de Risco para capitalização das microempresas, empresas de pequeno porte e demais equiparadas, assim como manutenção permanente de um programa estadual de microcrédito

5. Estímulo ao Associativismo, ao Cooperativismo e **Economia** Solidária - adotar mecanismos para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Estado

6. Educação Empreendedora - Inserção de ações pedagógicas nas escolas para o desenvolvimento de uma cultura empreendedora

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo autoriza repasse de R\$ 325 bilhões do BC para o Tesouro Nacional



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: reprodução

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou hoje a transferência de R\$ 325 bilhões ao Tesouro Nacional do resultado cambial do Banco Central no primeiro semestre, deixando a porta aberta para incremento deste valor caso avalie necessário.

'Houve a decisão do CMN para a transferência imediata de R\$ 325 bilhões dessas reservas para o pagamento da Dívida Pública Mobiliária Interna. Caso haja necessidade, o CMN avaliará, ainda neste exercício, a ampliação deste valor', disse o Ministério da **Economia** em nota.

O presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse publicamente ser a favor de alguma transferência, mas que era preciso prudência para que a operação não ficasse caracterizada como financiamento e, adicionalmente, que um colchão fosse preservado para

a autoridade monetária fazer frente a eventuais oscilações cambiais à frente.

Na lei sobre as relações entre Tesouro e BC, de 2019, há uma brecha para esse repasse - desde que seja usado para pagamento de dívida.

A legislação estabelece que os ganhos cambiais devem em geral permanecer em uma reserva do BC para cobrir perdas futuras com a flutuação cambial, mas prevê a possibilidade de repasses pontuais ao Tesouro em caso de 'severas restrições nas condições de liquidez' afetarem o refinanciamento da dívida pública.

A lei também prevê o repasse de títulos ao BC pelo Tesouro quando o patrimônio líquido do banco estiver próximo do limite mínimo de 1,5% do ativo total.

No primeiro semestre, o BC registrou saldo positivo de R\$ 478,5 bilhões com operações cambiais, composto por ganho de R\$ 535,8 bilhões com reservas internacionais, diante da alta do dólar frente ao real, e perda de R\$ 57,3 bilhões com swaps cambiais.

A maior parte desse ganho, contudo, é contábil, já que as reservas não foram majoritariamente vendidas, mas apenas marcadas a **mercado** conforme o novo patamar do dólar.

Nesta semana, inclusive, o Ministério Público protocolou uma representação no TCU (Tribunal de Contas da União) demandando que o órgão monitore a eventual operação de transferência de recursos do BC ao Tesouro para evitar o risco de 'pedalada fiscal'.

Na representação, o MP argumentou ser grande a probabilidade de a necessidade do socorro não decorrer de problemas de liquidez gerados por 'oscilações espontâneas do **mercado**', mas sim representar um artifício para financiar expansão das despesas públicas no ano eleitoral.

Em falas públicas nesta semana, Campos Neto pontuou que, com o repasse de parte do resultado cambial ao Tesouro, evita-se que o Tesouro tenha de ir a **mercado** realizar emissão para pagar o vencimento de títulos.

Por outro lado, ele ressaltou que esse pagamento gera liquidez na **economia** e, para enxugá-la e manter a Selic na meta, o BC tem de agir via títulos públicos em operações compromissadas. O aumento do estoque de compromissadas tem impacto direto na dívida bruta, que subirá, portanto, com ou sem transferência do resultado cambial do BC ao Tesouro.

UOL

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Mourão cobra 'turma que fala muito de Amazônia' a investir na região



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, cobrou a "turma que fala muito de Amazônia" dizendo que "é hora (dessa turma) colocar recursos em empresas (...) para desenvolver a bioeconomia" da região. Mourão, que é chefe do Conselho da Amazônia, grupo criado pelo governo federal para combater a destruição da floresta e incentivar atividades econômicas ecologicamente corretas, disse que "o desenvolvimento da Amazônia é o grande desafio que o nosso país tem".

Créditos: Romério Cunha/VPR Vice-presidente Hamilton Mourão

As afirmações foram feitas nesta quinta-feira, 27, durante o webinar "Brasil: Futuro Econômico", promovido pela Federação das Câmaras de Comércio Exterior, **Confederação Nacional do Comércio (CNC)** e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ).

"(A Amazônia) É uma área que corresponde a 60% do território nacional e só tem em torno de 10% do PIB", afirmou Mourão. "A Zona Franca de Manaus cumpriu o

papel geopolítico de desconcentração de investimentos e geração de renda pública e privada, e trabalhou para a conservação da floresta no (Estado do) Amazonas. Manter a Zona Franca é essencial para proteger a Amazônia e utilizá-la de modo sustentável. O futuro está intimamente ligado a nos inserirmos na bioeconomia. Para isso temos que ter as cadeias de valor da Amazônia devidamente mapeadas, uma infraestrutura logística sustentável, com rios navegáveis, portos, aeroportos, a (rodovia) BR-319 voltando a funcionar, e obviamente temos que carrear investimentos, que hoje ficam complicados para o Estado brasileiro face à crise fiscal que enfrentamos. Compete ao Estado atrair os investimentos privados", afirmou o vice-presidente, quando então cobrou dos investidores: "É hora da turma que fala muito de Amazônia se apresentar no jogo e colocar recursos na mão das nossas empresas ou de empresas que venham a se estabelecer na Amazônia para fomentar e desenvolver a bioeconomia."

Mas, segundo Mourão, os incentivos fiscais "têm um limite": "Hoje a Zona Franca está com seu prazo estendido até 2073. À medida que a Amazônia for estando mais integrada, com ambiente de negócios mais desenvolvido, haverá um desmame nessa questão do incentivo fiscal, até porque é cada vez menor o espaço governamental para administrar esse tipo de subsídio."

O vice-presidente afirmou que os benefícios fiscais concedidos em função da pandemia não devem ser estendidos: "Ao longo do combate à pandemia, nosso governo fez o que era possível em relação a isenções e adiamento do pagamento de impostos. Mas nós estamos no limite para isso. Vivemos uma crise fiscal grave, estamos desde 2014 no vermelho, nossa dívida estava na faixa de 78% do PIB, deve terminar este ano em 95%, 96% (do PIB), então eu vejo pouco espaço fiscal para que os incentivos que foram dados durante a pandemia sejam mantidos, até pelas exigências em relação ao teto de gastos e à regra de ouro."

Mourão exaltou a posição geográfica privilegiada da

Amazônia como ponto de partida de exportações. "A Amazônia está com sua boca aberta para os grandes mercados mundiais, porque pode sair via oceano Atlântico para a Europa ocidental e Estados Unidos, pode sair via canal do Panamá para a China, mas, melhor ainda, pode sair via portos do Pacífico, desde que a gente consiga estabelecer definitivamente a ligação interoceânica, via Acre, chegando aos portos peruanos. Aí a produção da própria Amazônia (estaria) indo direto para a China sem os custos do canal do Panamá. Isso fora a África, saindo pelos portos do Par", analisou.

Segundo o vice-presidente, três grupos pressionam o Brasil em relação à Amazônia: "O primeiro é quem faz oposição radical ao presidente Bolsonaro, aqui dentro mesmo, e busca apresentá-lo ao resto do mundo como a reedição de Átila, o Huno; o segundo grupo são os agricultores europeus, que não têm condições de competir com a gente. E o terceiro grupo são os ativistas ambientais que acreditam que a Amazônia está sendo destruída e que isso terá uma influência no clima mundial".

No evento, Mourão tratou ainda das reformas econômicas, que considera necessárias para atrair investidores: "Aquele turma da especulação está saindo (do Brasil). Como o juro aqui era alto, o camarada trazia o dinheiro. Agora o capital especulativo perdeu espaço, e é hora de atrairmos esse capital de investimento. Mas o Brasil precisa se tornar mais amigável a esse capital externo", avaliou, defendendo a reforma tributária e a segurança jurídica. "O camarada (precisa) saber que vai aplicar o dinheiro dele na construção de uma rodovia, vai explorar aquela rodovia e não vai chegar nenhum ente do Estado com uma retroescavadeira e derrubar os pedágios dele", afirmou.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - Confederação
Nacional do Comércio

HOTEL-ESCOLA SENAC BARREIRA ROXA ADERE AO CÓDIGO DE CONDUTA DO BRASIL CONTRA O ABUSO INFANTIL



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

Como uma forma de reforçar sua atuação na prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, o Hotel-Escola Senac **Barreira Roxa**, empresa administrada pelo **Sistema Fecomércio RN**, aderiu ao Código de Conduta do Brasil - selo emitido pelo Ministério do Turismo com o objetivo de regular a conduta ética de empresas no que diz respeito à luta contra o abuso infantil na atividade turística.

Desenvolvido pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério de Direitos Humanos, o Código de Conduta visa reconhecer empresas comprometidas em desenvolver atitudes responsáveis na luta contra a exploração infantil. Os empreendimentos que aderem ao Código, assumem o compromisso de informar ao Ministério do Turismo, periodicamente, sobre a implementação de ações nesta área.

Alguns dos compromissos do documento estão relacionados com o Código Penal e o Estatuto da

Criança e do Adolescente, como, por exemplo, hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais/responsável ou sem autorização escrita destes ou de autoridade judiciária, em hotel, que prevê multa de 10 a 15 salários de referência (art. 250 do ECA).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA